

COORDENADORA
ADRIANA FARIA

PRESTAÇÃO DE
CONTAS – RELATÓRIO
DE GESTÃO 2016/2018

25
anos

FENAJUFE

PRESTAÇÃO DE CONTAS – RELATÓRIO DE GESTÃO **2016/2018**

Adriana Faria
Coordenadora Jurídico-Parlamentar

2

1. APRESENTAÇÃO

Trata o presente de relatório de atividades desenvolvidas durante o mandato de Coordenadora Adriana Faria no período de 2016/2018.

Eleita no 9º Congrejufe, a Coordenadora Adriana Faria tomou posse no dia 1º de maio de 2016, tendo se licenciado para o mandato classista no mês de junho do mesmo ano.

A Chapa pela qual foi eleita – Fenajufe Sem Correntes - se propôs à missão de apresentar mudanças efetivas na Fenajufe, tendo em vista o serviço público do século XXI, com planejamento, transparência, aproximação com os sindicatos e servidores a fim de fortalecer a categoria. Adotou como princípio basilar a autonomia e a independência da organização sindical procurando tornar a Federação livre da ingerência de partidos políticos, governos e administrações.

Com a chegada do período das eleições gerais - 2018, a Coordenadora foi convidada a se lançar pré-candidata em razão de seu perfil e representatividade. Para não violar o compromisso assumido de evitar a ingerência de partidos nas entidades sindicais, no formato proposto pela Chapa, renuncia ao cargo de Coordenadora, entregando a continuidade da missão ao seu suplente por ocasião do revezamento de titularidade ocorrido em 1º de maio de 2018.

O relatório a seguir descreve atividades da Coordenadora de natureza administrativa, atuação específica na coordenação jurídico-parlamentar, propostas apresentadas à Diretoria Executiva, além da atuação geral em encontros, plenárias, ampliadas, reuniões, fóruns e ambientes de debate, bem como atividades de mobilização.

2. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Nos termos do Estatuto da Federação (Art.1, §2º), a operacionalização administrativa da Fenajufe ficará a cargo da Diretoria Executiva. Sendo assim, a responsabilidade é compartilhada por todos os Coordenadores. A Coordenadora Adriana colaborou, desse modo, com a boa consecução dos serviços, auxiliando na gerência de recursos materiais e humanos da Federação, diligenciando nas atividades de expediente, despachando em pedidos encaminhados e realizando atendimento às entidades filiadas. Como representante licenciada e residente em Brasília, independentemente da escala de plantões, acompanhou o cotidiano da Federação procurando equacionar problemas e otimizar os trabalhos.

No período em que atuou, diligenciou pela expedição dos seguintes documentos:

Ofícios 2016

- Oficiou encaminhando nomes dos representantes da Fenajufe e sindicatos para acompanhar votação do PLC26/2016 e 29/2016 a fim de garantir o livre acesso ao Congresso Nacional. (ofícios 132, 134, 135/16),
- Oficiou o presidente do STF solicitando atuação do Poder Judiciário junto à Presidência da República, à Casa Civil, ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, à Advocacia Geral da União e ao Ministério da Fazenda com fim de acelerar a sanção presidencial do PLC 29/2016, sem veto que prejudique a categoria. (of. 143/16)
- Oficiou o Presidente do Supremo Tribunal Federal – STF e do CNJ, solicitando que seja procedida à regulamentação dos arts. 14, § 6º e 15, VI, ambos da Lei nº. 11.416/06 (modificada pela 13.317/16), a fim de que se garanta, em âmbito nacional, o pagamento do Adicional de Qualificação a todos os servidores de nível técnico que sejam portadores de diplomas de curso superior, nos exatos termos da legislação e das normas regulamentadoras relacionadas à matéria sob pena de trazer restrição de direito não prevista na lei. Que o direito ao Adicional de Qualificação decorrente do advento da Lei 13.317/2016 seja estendido a todos os Técnicos Judiciários, incluindo aqueles que se aposentaram em data anterior à promulgação da Lei nº 11.416/2016, com a inclusão do adicional no cálculo da pensão ou do provento. Assegurar a participação de representantes de nossa federação na Comissão conjunta dos Tribunais, Conselhos Superiores e TJDFT, constituída pelos Secretários de Gestão de Pessoas e Assessorias Jurídicas de cada um destes órgãos, para resguardar o acompanhamento dos interesses de nossa categoria na elaboração de proposta de portaria conjunta para regulamentar a implementação do Adicional de Qualificação aos técnicos Judiciários. (Of. 146 e 147/16)
- Oficiou os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia, do Senado e do Congresso Nacional, Renan Calheiros, e do TSE, Gilmar Mendes, solicitando audiência para tratar da aprovação do PLN 3/2016 CN e da implementação da Lei n.º 13.150/2015, que trata da equiparação dos chefes de cartórios da Justiça Eleitoral, com vistas a garantir o pleno funcionamento do processo eleitoral em curso. Objetivo da audiência era tratar da garantia de apreciação, na sessão do dia 2 de agosto, do PLN 3/2016 CN, que alterava a LOA (Lei Orçamentária Anual) autorizando o remanejamento de orçamento próprio do TSE, para assegurar a imediata implementação da Lei 13.150/2015, com pagamento da Função Comissionada em idêntico valor aos Chefes de Cartório Eleitorais das capitais e do interior, corrigindo grave injustiça que se praticava com aqueles que organizam as eleições em todos os municípios do país, que têm se desdobrado diuturnamente para assegurar pleno exercício do

direito de voto e cidadania para os mais de 140 milhões de eleitores brasileiros. Assim, tendo em vista que o remanejamento de orçamento próprio solicitado pelo TSE não gera novas despesas, IMPRESCINDÍVEL o ministro envidasse esforços imediatos, junto aos líderes dos partidos, a fim de garantir que o PLN 3/2016 CN fosse apreciado e aprovado na sessão do Congresso Nacional convocada para o dia 2 de agosto de 2016. (of. 147, 148,149/16)

- Oficiou a Câmara dos Deputados para garantir livre acesso nas dependências do Congresso Nacional dos Coordenadores da Fenajufe e representantes dos sindicatos filiados para acompanhar a apreciação do PLN 3/2016, PLP 257/2016 e PEC 241/2016. Para isso, solicitando que todos tivessem livre acesso nas dependências da Casa Legislativa até a apreciação do referido projeto. (Ofício nº 151, 153, 154, 155/16)
- Solicitou audiência com a Ministra Carmem Lúcia para tratar de assuntos de interesse dos servidores do Poder Judiciário da União, tendo em vista a iminente assunção Ministra à Presidência do Supremo Tribunal Federal. (of. nº 157/16)
- Solicitou audiência e apoio à alteração do requisito de escolaridade para investidura no cargo de Técnico Judiciário a todos os presidentes dos Tribunais Superiores e seus respectivos ministros, a todos os presidentes dos Conselhos Superiores e seus respectivos ministros e desembargadores, num total de 94 ofícios. O ofício também pedia audiência para tratar do anteprojeto de lei que altera o requisito de escolaridade para investidura no cargo de Técnico Judiciário a ser encaminhado ao Congresso Nacional. (Ofícios 158, 175 a 266), 277, 281, 286/16)
- Oficiou o Diretor Geral do STF solicitando a ampliação do número de representantes da Fenajufe na Comissão Interdisciplinar para três titulares e três suplentes. (Ofício nº 169/16)
- Oficiou a Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região – TRT/RJ para que a Fenajufe acompanhasse servidora e seu advogado em Processo de Sindicância e em todas as audiências, oitivas, depoimentos etc marcados pela Comissão de Sindicância, instituída pela Portaria 1108/2016 – SEP, publicada em 23/08/2016. (of. 171/16)
- Oficiou o presidente do STF e do CNJ, Ministro Ricardo Lewandowski e todos os Tribunais e Conselhos Superiores solicitando informações sobre a segurança orgânica dos tribunais do Poder Judiciário Federal no que se refere ao cumprimento da Resolução Conjunta CNJ/CNMP Nº 4, de 28 de fevereiro de 2014, que regulamenta os Arts. 6º, inciso XI, e 7º-A da Lei 10.826 de 22/12/2013, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências. O ofício também requereu que, caso

averiguado que o porte de arma não está implementado em algum tribunal do país, o que evidencia o descumprimento da referida Resolução Conjunta CNJ/CNMP Nº 4, o Ministro deveria tomar as medidas a fim de efetivar o seu devido cumprimento. (Ofício nº 172, 173, 267 a 273/16)

- Oficiou o Ministro Ricardo Lewandowski, Presidente do Conselho Nacional de Justiça, requerendo diligências junto à Presidente do TRE/SP para que fossem adotadas medidas de proteção e segurança aos frequentadores Fórum, tendo em vista recente caso de suicídio ocorrido. Havia ocorrido quatro suicídios em dois anos com cinco mortes, o que demonstrava a necessidade de adoção de providências para evitar episódios dessa natureza, afirmando que a Administração deve ter sensibilidade pelo sofrimento e os traumas que esses eventos têm causados aos servidores. (Ofício nº 174/16)
- Encaminhou ofício com os nomes dos representantes da Fenajufe na Comissão Interdisciplinar do STF, responsável pela elaboração de estudos e por oferecer propostas de revisão do Plano de Cargos e Salários servidores do Poder Judiciário da União – Lei 11.416, de 15 de dezembro de 2006. (Ofício nº 275/16)
- Encaminhou ofício à Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região solicitando assento na Comissão Segurança Permanente do TRT/RJ, criada para dar cumprimento às Resoluções do CNJ de nº 104, de 6 de abril de 2010, modificada pela Resolução nº 124 de 17 de novembro de 2010; de nº 176, de 10 de junho de 2013; de nº 239 de 6 de setembro de 2016 e à Resolução Conjunta CNJ/CNMP Nº 4, de 28 de fevereiro de 2014. (Ofício nº 282/16)
- Oficiou o Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, em parceria com o Sindjus-DF e a Assejus, devido os preocupantes índices de adoecimento mental de servidores, sobretudo com os casos que culminam em suicídio, propondo ao TJDFT a construção de um projeto piloto de saúde mental a ser futuramente replicado para os demais Tribunais do Poder Judiciário da União. O projeto, a ser desenvolvido pela Secretaria de Saúde do Tribunal, por meio do Núcleo Psicossocial Institucional, envolve a criação de um Programa de Saúde Mental para servidores do TJDFT que abarque a prevenção de adoecimento mental com a realização das seguintes ações de: 1 – prevenção em saúde mental com realização de palestras, *workshops* ou outras atividades que envolvam a discussão de temas pertinentes que podem levar ao adoecimento, endividamento, risco de suicídio, relações violentas, entre outros; 2 – intervenção em grupos de trabalho com objetivo de fortalecer as relações de cooperação, apoio e o reconhecimento, tendo em vista que o trabalho é fator importante na saúde mental do indivíduo, podendo ter efeito positivo de realização ou sofrimento e adoecimento. 3 – divulgação de textos sobre saúde mental por meio eletrônicos e físicos; 4 - atendimento clínico de servidores no modelo de psicoterapia breve e intervenção em crise, priorizando aqueles com adoecimento mental associado ao contexto de trabalho. (Of. nº 288/16)

- Oficiou ao 1º Secretário da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados pedindo ampliação do número de credenciais para a Fenajufe (Ofício nº 290/16)
- Como membro da coordenação Jurídico-Parlamentar, enviou carta aos Deputados solicitando apoio à candidatura da Dra. Ana Luísa Jorge Marcondes, servidora do MPU, para conselheira do CNJ na vaga a ser indicada pela Câmara dos Deputados. (Ofício nº 291/16)

Ofícios 2017

- Oficiou todas as Centrais Sindicais convidando-as para o “Seminário Sobre Reforma da Previdência”, cumprindo decisão da Diretoria Executiva. (Ofício nº 037/2017)
- Oficiou o Secretário-Geral da Procuradoria Geral da República indicando os representantes da Fenajufe para compor a comissão criada no âmbito do MPU. (Of. nº 55/2017).
- Respondeu as indagações do Sinjuspar /PR sobre Reunião Ampliada de 8/4/2017, regulamentação de transmissão *on line* dos eventos promovidos pela Fenajufe e credenciais para a Fenajufe. (Ofícios 56, 57 e 58/2017)
- Oficiou o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral – TSE solicitando audiência em caráter de urgência para tratar do rezoneamento. (Ofício nº 61/2017)
- Oficiou o Presidente do Colégio de Presidentes dos TREs – Coptrel solicitando participação da Fenajufe na reunião do Colégio de Presidentes dos TREs para tratar da Portaria do TSE 372, de 12 de maio de 2017 (Rezoneamento). (Ofício nº 068/2017)
- Oficiou o Diretor-Geral do Tribunal Superior Eleitoral – TSE para apresentar requerimentos após audiência sobre Rezoneamento. A saber: 1) Participação da Comissão Nacional da Fenajufe nos grupos de estudo do TSE para implementação do rezoneamento ou demais questões que lhes sejam afetas. 2) Realização de audiências públicas nos Tribunais Regionais Eleitorais, abertas à população, com participação das entidades de classe dos servidores, magistrados e promotores eleitorais; 3) Efetivação da extinção, somente no ano de 2019, após conclusão da Revisão Biométrica e realização do pleito eleitoral de 2018, das zonas eleitorais que atualmente estejam realizando a referida Revisão do Eleitorado e porventura se enquadrem nos critérios do rezoneamento; 4) Alteração do disposto no art. 1º, § 1º, da Resolução TSE nº 23.520/2017 para considerar o limite médio de 70.000

(setenta mil) eleitores por zona eleitoral também nos municípios do interior dos estados com mais de 200.000 (duzentos mil) inscritos, revogando-se as disposições em contrário; 5) Que o limite mínimo médio de eleitores a ser considerado para os municípios com menos de 200.000 (duzentos mil) inscritos seja fixado a critério de cada TRE, observadas as peculiaridades locais nos municípios com mais de uma zona; 6) Alteração do disposto no art. 2º, I, da Resolução TSE nº 23.520/2017, de 1º de junho de 2017, que dispõe acerca das zonas eleitorais do interior dos estados; para considerar o total de eleitores aptos do dia 30/4/17, acrescido dos eleitores suspensos e cancelados desde o mês de janeiro do ano 2014; 7) Utilização do total de eleitores aptos do dia 30/4/17, acrescido dos eleitores suspensos e cancelados desde o mês de janeiro do ano 2014, também nas zonas eleitorais das capitais dos estados (proceder com isonomia em relação às capitais); 8) Análise mais aprofundada do rezoneamento na Região Norte do país e ponderação acerca de todas as justificativas a serem encaminhadas pelo respectivo TRE; 9) Separação da Região Nordeste das Regiões Sul e Sudeste devido às notórias diferenças entre cada uma, de modo a inviabilizar o agrupamento. (Ofício nº 070/2017)

- Oficiou o Conselho Fiscal da Fenajufe solicitando esclarecimentos e registro de desagravo acerca do relatório do Conselho. (Ofício nº 072/2017)
- Oficiou o Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público agendando audiência com a Fenajufe e Presidente da Associação Paranaense do Ministério Público para tratar do Rezoneamento na JE. (Ofício nº 073/2017).
- Oficiou a Presidente do CNJ para tratar do desmonte do PJU por meio das resoluções Resolução nº 194/2014, EC 95/16, ameaças de extinção das Justiças Trabalhistas e Zonas Eleitorais e sucateamento das demais Justiças. (Ofício nº 75/2017)
- Oficiou o Presidente do Conselho Federal da OAB solicitando audiência para tratar de medidas contra o desmonte do PJU por meio da Resolução 219/2017 do CNJ e Resoluções do TSE nº 23.512/17 e 23.520/17 (extinção das Zonas Eleitorais), 23.518/2017, entre outras. (Ofício nº 79/2017)
- Oficiou todos os Tribunais e Conselhos Superiores apresentando posição contrária aprovada pela categoria às carreiras exclusivas/próprias para servidores dos Tribunais Superiores no PJU. (Ofício nº 095/2017)
- Oficiou Diretor-Geral do TSE solicitando participação da Fenajufe no GT criado pelo TSE, com o objetivo de estudar estrutura para os postos de atendimento, bem como a utilização das funções comissionadas, a partir da extinção de zonas eleitorais pela aplicação das Resoluções do TSE 23.422/2017 e 23.520/2017. (Ofício nº 142/2017)

- Assinou ofício que foi entregue à Presidente do STF por ocasião da audiência em 19/12 com a pauta de reivindicações dos servidores do PJU. (Ofício nº 164/2017)

Diversas outras diligências administrativas foram adotadas, não sendo possível listar especificamente todas elas. Nas propostas encaminhadas à Diretoria, temos mais algumas referenciadas.

3. COORDENAÇÃO JURÍDICA

A Coordenadora integrou a Coordenação Jurídico-parlamentar juntamente com os Coordenadores Erlon Sampaio e Rodrigo Carvalho. Desse modo, além das atividades de competência geral, desenvolveu o acompanhamento de temas jurídicos de interesse da categoria, atuando em parceria com a Assessoria Jurídica Nacional e a Comissão Jurídica Nacional.

O monitoramento dos processos e causas de interesse da categoria foi feito mediante contato constante com o Escritório Jurídico. Restou estabelecida rotina das reuniões para orientação e ajustamento de demandas prioritárias. Em algumas oportunidades, foi feita a convocação da Comissão Jurídica, composta pelos principais profissionais da advocacia que atendem os sindicatos filiados, para estabelecimento de estratégias jurídicas coordenadas, tal como ocorreu quanto à movimentação do processo dos quintos.

Foram organizados também dois encontros do Coletivo Jurídico, com a presença dos diretores jurídicos das entidades filiadas e suas respectivas assessorias profissionais. Eventos onde se desenvolvem profícuos debates jurídicos e se organiza a colaboração entre os profissionais no que diz respeito às demandas da categoria.

Além de solicitações feitas presencialmente, em reunião, para o acompanhamento de determinadas demandas, a Coordenadora solicitou, por meio da Controladoria da AJN, os seguintes encaminhamentos (em ordem cronológica decrescente):

13/04/2018 - Atendendo pedido do Sindjufe/BA, solicitou a AJN acompanhamento de processo, no CJF, CF-PES-2012-00181, que trata da cobrança do imposto sindical dos servidores do Poder Judiciário Federal na Bahia, extensível ao demais servidores da Justiça Federal em todo o Brasil. Ressaltou-se a grande importância de comparecimento de representação da AJN para combater a cobrança do imposto, prevalecendo a decisão de suspensão.

14/11/2017 – Enviou considerações à AJN solicitando aperfeiçoamento e modificações na proposta de manifestação da Fenajufe nos autos do processo do TJDFT acerca de licença para cumprir mandato sindical.

11/09/2017 – Solicitou à AJN, em caráter de urgência, Nota Técnica sobre a inconstitucionalidade do PLS 116/17 para ser entregue aos parlamentares. Preparando articulação de voto em separado na CCJ.

20/09/2017 – Deu anuência para que a AJN analisasse contrato a ser firmado com o IF Estágio relativo à contratação dos estagiários.

06/09/2017 – Orientou a equipe jurídica analisar o ingresso da Federação no PCA nº 0004708-64.2016.2.00.0000 -, em trâmite perante o Conselho Nacional de Justiça, que trata de questionamento aos arts. 1º e 11º da Resolução nº 165/16 do CSJT (editou-se resolução sobre o instituto da substituição no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau) em desacordo com os já previstos arts. 38 e 39 da Lei 8112/90 - como 3º interessado diante da relevância do tema e o perigoso precedente. Pedido do Sindissétima/CE.

28/08/2017 - Solicitou à AJN elaboração de memoriais sobre quintos para levar aos gabinetes dos ministros do STF.

18/07/2017 – Encaminhou as resoluções da Reunião Ampliada da Fenajufe para providências da Assessoria Jurídica Nacional no que fosse cabível:

- **Resolução Nº 1** - Considerando a possibilidade de transformação do cargo de Oficial de Justiça em Analista Judiciário no TRF5; Considerando o prejuízo dos servidores lotados no interior do estado relativo ao Instituto de Remoção; Considerando o perigo para a futura extinção do cargo de Oficial de Justiça, a reunião ampliada reunida nesta data resolve: Que a Coordenação Jurídica da Fenajufe faça estudo sobre o remédio jurídico para tal ação.
- **Resolução Nº 8** - Que a Fenajufe se habilite em todos os processos administrativos ou judiciais que versem sobre a criação/fragmentação de carreiras próprias/exclusivas, em especial o já em trâmite no Supremo Tribunal Federal.
- **Resolução Nº 14** – Considerando a decisão da reunião ampliada da Fenajufe realizada no dia 8 de abril de 2017, que deliberou pelo afastamento do Coordenador de Finanças, e em razão da necessidade de proceder à defesa das decisões da categoria e da Fenajufe, que foi demandada judicialmente pelo referido Coordenador, resolve-se: 1- Impetrar mandado de segurança no TRT-10, a fim de cassar a liminar obtida e restabelecer a decisão da ampliada e sua soberania;

03/07/2017 – Solicitou avaliação da AJN acerca do CONAMP - ADPF 471 Zonas Eleitorais. Encaminhou relato da sessão do CSJT de 30/06/2017 para discussão de temas na reunião da Coordenação Jurídico-Parlamentar.

26/06/2017 – Encaminhou carta precatória de processo que tratava de cobrança indevida de Imposto Sindical para as devidas providências.

22/6/2017 – Encaminhou documentos para a AJN como subsídio para estudo sobre Reforma da Previdência.

14/06/2017 – Encaminhou resoluções aprovadas na Reunião da Executiva com sindicatos filiados (Ampliadinha) para encaminhamentos da AJN naquilo que lhe coubesse. Solicitou elaboração de requerimento sobre a Resolução 219/2016 – CNJ com pedidos subsidiários.

Resolução 1 - Reivindicar que os tribunais cumpram a resolução do CNJ sobre o comitê gestor, ou seja, que o servidor que compõe o comitê gestor seja eleito pelos servidores.

Resolução 2 - Trabalhar a crítica à Resolução 219/2016 (trabalhando os pedidos subsidiários abaixo):

- a) Requerer ao CNJ a retirada da resolução 219 e/ou revogar os efeitos, com a crítica aos critérios e fórmulas da resolução que em nosso entendimento não valorizam o 1º grau e inviabilizam o 2º grau;
- b) pedir a dilação do prazo para estabelecer novos critérios e nova forma de implementação;
- c) fazer requerimento para que a resolução não venha retroagir para prejudicar os servidores que já estão com sua situação estabilizada, devendo ser feita a distribuição daqui para frente.

Resolução 3 - Defender posição contrária da Fenajufe à criação de turmas avançadas regionais no TRF 4 e habilitação da Fenajufe como *amicus curiae* no processo do Sintrajufe/RS no CNJ

20/06/2017 – Solicitou a elaboração de memoriais, tendo em vista inclusão em pauta do Processo n. CJF-PPN-2015/00027, que tratava do pedido para igualar o prazo da licença-adoptante ao prazo da licença-gestante para os servidores. na Sessão Ordinária do CJF de 26/6/017, em Brasília - DF

14/06/2017 – Solicitou à AJN análise comparativa acerca das resoluções sobre rezoneamento e enviou a resolução aprovada em 1º/6 no TSE, que alterava resolução anterior (23.512/17).

31/05/2017 – Encaminhou despacho para a AJN verificar intimação que ainda não chegou, mas consta no despacho que a Fenajufe está intimada a se manifestar. Sobre a Resolução 219.

25/04/2017 - Encaminhou informe à AJN que ficou autorizado, após deliberação, por meio de consulta virtual à Diretoria Executiva, a intervenção da Federação no processo judicial que trata de pedido anterior de carta sindical formulado pelo Sinajus, no formato sugerido pela Assessoria Jurídica Nacional, conforme nota técnica elaborada pela Assessoria.

20/04/2017 – Solicitou análise e adoção de medidas pertinentes à Resolução 23.518/2017 do TSE. <http://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/2017/RES235182017.html>

18/04/2017 – Solicitou avaliação da AJN sobre Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental no MS nº 23446 / DF (2017/0079418-9) autuado em 11/04/2017 no STJ onde a CSPB ataca o ato do Ministro do Trabalho para cobrança da Contribuição Sindical dos Servidores Públicos.

10/04/2017 – Encaminhou deliberações da Diretoria Executiva (com base em pauta que enviou à reunião) para providências da AJN:

- Impugnação no MTE - Manter a Impugnação e peticionar, desde já, para que seja recebida como informação nos autos, caso não recebida como impugnação (prioridade)
- Registro da Fenajufe - aprovada a sugestão de encaminhar novamente para assembleia de 8 ou 9 sindicatos à re-ratificação. Dar prosseguimento ao estudo da documentação de seleção dos sindicatos aptos. Indicar procedimentos para a realização da assembleia (formato, prazo, etc).
- Registro do Estatuto - Preservar a redação do Art. 21 do Estatuto aprovada no 9ª Congrejufe para fins de registro.
- Registro da Ata - Avaliar o Estatuto para verificar a possibilidade para resolver em reconsideração, caso contrário, judicializar quanto à negativa do Cartório acerca do Registro de Posse que foi adequado à Ata de Apuração de Resultados do 9º Congrejufe.
- Resolução 219/2016 CNJ - verificar a possibilidade de elaborar alternativa com regras de transição para implementação gradativa da resolução, considerando a possibilidade de fazer pedido de dilação de prazo para implementação, incluindo regras de transição, sem perda de funções comissionadas e CJ e sem remoção forçada.

16/03/2017 – Fez considerações sobre informações a serem prestadas à Diretoria do Núcleo de Recursos Humanos JFMS: se a Federação está autorizada a receber a contribuição sindical dos servidores da Justiça Federal de Mato Grosso do Sul; se possui registro junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, para fins de recolhimento da Contribuição Sindical 2015, no termos da Nota Técnica/SRT/MTE n.º 36/2009; e se está filiada a alguma Confederação Nacional. Considerando a proximidade da data do recolhimento, solicitando a resposta com urgência.

1º/02/2017 – Solicitou, em caráter de urgência, a elaboração de parecer sobre a alteração do requisito de escolaridade para investidura no cargo de Técnico Judiciário para nível superior para ser entregue à Comissão Interdisciplinar do STF; e convocou o advogado para participar da reunião, caso fosse autorizado pela Comissão Interdisciplinar.

27/01/2017 – Solicitou parecer sobre possibilidade de denunciar o Governo e veículos de comunicação ao Conar (Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária) por propaganda enganosa referente à Reforma da Previdência. Além do ajuizamento da ACP.

23/01/2017 – Solicitou à AJN avaliação sobre a pertinência de solicitar aos tribunais os *e-mails* funcionais de servidores com base na lei de acesso à informação.

25/10/2016 – Solicitou estudo sobre Ofício-Circular nº605/2016 do Ministério do Planejamento, que revoga o Ofício-Circular nº 08/SRH-MP, que revoga o Ofício-Circular nº 08/SRH-MP, que autorizava o pagamento em folha na

modalidade de ressarcimento para licenças sem remuneração dos servidores afastados do cargo para cumprimento de mandato classista.

13/10/2016 – Solicitou avaliação das propostas de emendas orçamentárias para reajuste de benefícios elaboradas pela Assessoria Parlamentar, tendo em vista que a Comissão de Legislação Participativa – CLP estaria recebendo, até o dia 17 de outubro, da sociedade civil organizada, sugestões de emendas ao Projeto de Lei n. 18/2016-CN (Projeto de Lei Orçamentária Anual 2017).

29/09/2016 – Encaminhou para análise e elaboração de nota técnica a minuta de anteprojeto de lei que está em discussão no TRF 1ª Região. Este anteprojeto visa acrescentar novos itens ao Art. 17 da Lei 11.416 para percepção da GAS.

13/09/2017 – Enviou orientação para a AJN sobre organização do Encontro do Coletivo Jurídico da Fenajufe.

1. Dar ciência no grupo fenajufe-coletivo-juridico@googlegroups.com que a Fenajufe inicia o processo de organização da reunião do Coletivo Jurídico;
2. Solicitar aos sindicatos que encaminhem sugestões de pauta de questões relevantes e de interesse nacional da categoria para depois fechar a pauta com a Codejur;
3. Apresentar sugestões de datas, preferencialmente para o final de outubro, para realização da reunião do coletivo jurídico, articulando com a agenda da AJN, dos coordenadores jurídicos, advogados e sindicatos;
4. Articular com os assessores jurídicos dos sindicatos a distribuição da apresentação de estudos relacionados com a pauta da reunião, buscando verificar os advogados que estão com estudos mais aprofundados sobre questões que serão temas de debate no coletivo. Praxe das reuniões, cada ponto de pauta tem apresentação de algum advogado e depois abre para o debate com os demais.
5. Finalizado esse processo, a AJN elabora uma proposta de programação e encaminha para a Codejur que vai publicar a convocatória da Reunião do Coletivo Jurídico da Fenajufe e dar publicidade ao evento.
6. O passo seguinte será a preparação do material para a reunião. Enviando modelo de reuniões anteriores, onde a assessoria junta todos os documentos referentes a cada ponto de pauta e coloca em um só documento elaborando, assim, um caderno com índice e etc. que será gravado em *pen drive* a ser distribuído para todos os participantes do Coletivo Jurídico.

26/08/2016 – Solicitou a elaboração de justificativa para o ante-projeto de lei enviado para o STF solicitando a exigência de nível superior para ingresso no cargo de técnico judiciário.

23/08/2016 – Solicitou à AJN entrar como terceiro interessado em processo de assédio moral e desvio de função na Justiça Militar processo nº 0002623-08.2016.2.00.0000.

23/08/2016 - Solicitou complementar estudo já elaborado (memorial) acerca do PLN3/2016 abordando a possibilidade de pagamento do retroativo a partir da promulgação da Lei 13.150/2015 - isonomia dos chefes de cartórios.

02/08/2016 – Solicitou entrar com pedido de *habeas corpus* para livre trânsito nas dependências da Câmara dos Deputados e Senado Federal para acompanhamento dos projetos PLN3/2016, PEC241/2016 e PLP 257/2016.

20/07/2016 – Solicitou análise de Portaria que regulamenta o pagamento da 2ª parcela do reajuste proporcionalmente a partir de 21 de julho considerando a sanção do reajuste em 20 de julho.

18/07/2016 – Solicitou elaboração de memorial para ser entregue na reunião do COPTREL (Colégio de Presidentes dos TREs) dia 21/07/2016, em Curitiba/PR.

15/07/2016 – Solicitou elaboração de estudo jurídico abordando as possibilidades de pagamento do retroativo a partir da promulgação da Lei 13.150/2015. Sobre pagamento do retroativo, buscar resolução do TSE uniformizando o pagamento em todos os regionais. Verificar se algum sindicato já tem peça jurídica pronta para disponibilizar aos demais sindicatos. Sugerindo fazer a combinação de ações administrativas, judicial e política.

A Coordenadora sugeriu, em 2017, a criação do “**Informe Jurídico**” – no link da Coordenação Jurídico-Parlamentar. O Informe Jurídico é mais um mecanismo virtual para que a categoria acompanhe as ações jurídicas desenvolvidas pela Federação (Coordenação Jurídica e AJN) e que atende ao princípio da transparência.

As edições começaram a ser produzidas semanalmente em julho de 2017, tendo sido aperfeiçoadas em formato de revista digital em 2018. Nelas é possível acompanhar o relatório das atividades desenvolvidas pela Assessoria Jurídica Nacional na atuação em defesa dos interesses dos trabalhadores do PJU e MPU.

Os números dos **Informe Jurídico** mais atuais podem ser acessados pelo link abaixo:

<http://www.fenajufe.org.br/index.php/juridico-e-parlamentar/informe-juridico>

4. COORDENAÇÃO PARLAMENTAR

Como integrante da Coordenação Jurídico-parlamentar, a Coordenadora Adriana realizou o acompanhamento dos projetos de lei de interesse da categoria com intensa atuação nas casas do Congresso Nacional em parceria

com outros coordenadores e com a assessoria do DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar.

O monitoramento de projetos de interesse da categoria foi feito mediante contato diário com o DIAP. Restou estabelecida rotina de informes e relatórios, além de reuniões para orientação e articulação de estratégias no Congresso, tais como visitas a parlamentares e lideranças, coleta de assinaturas para requerimentos específicos de tramitação, elaboração de emendas, solicitação para parlamentares atuarem como relatores ou requisições para comissões, dentre outras.

Merece destaque:

A atuação no desfecho da luta para a recomposição salarial nos PLs 26/16 e 29/16, que demandaram intenso trabalho para votação, sobretudo na coleta de assinaturas de parlamentares nos requerimentos de urgência, bem como para que a sanção ocorresse sem os vetos que se cogitava.

Ainda em 2016, houve forte atuação para a aprovação do PLN 3/16 que trazia a isonomia aos chefes de cartório e que exigiu movimentação para que a votação ocorresse antes do recesso parlamentar daquele ano, o que inviabilizaria o pleito.

Além disso, houve acompanhamento do PLP 257 que era o anúncio das ameaças ao serviço público, seguido da PEC de restrição de gastos (EC 95).

O ano de 2017 foi ocupado principalmente com a articulação parlamentar no combate à Reforma Trabalhista (Lei n.13.467/17), à Reforma da Previdência (PEC 287/16) e ao PLS 116/17 (demissão de servidor estável). A articulação também se destinou à aprovação do projeto que previa a negociação coletiva no serviço público, que durou até meados de 2018, quando foi apreciado o veto ao projeto (PL 3831/15).

Em 2018, mereceu especial atenção igualmente o projeto (PLS 272/16) que pode resultar em criminalização dos movimentos sociais e sindicais.

Houve acompanhamento, no período próprio, das leis orçamentárias e apresentação das respectivas emendas para garantia de verbas destinadas ao Poder Judiciário - servidores.

Ao final deste, consta relatório com panorama geral de projetos de lei de interesse da categoria com a respectiva avaliação montada em parceria com a Assessoria Parlamentar - DIAP.

5. CONSULTAS VIRTUAIS -

A Diretoria Executiva decidiu, no início da gestão, pela possibilidade de deliberação por meio de consulta virtual a fim de agilizar a decisão colegiada a respeito de temas de menor complexidade ou de urgência. A Coordenadora Adriana ficou responsável pela minuta da Resolução que disciplinou a Consulta Virtual, a qual foi posteriormente referendada para Diretoria Executiva, passando a valer como instrumento de deliberação.

Seguem as propostas apresentadas pela Coordenadora, bem como o seu posicionamento acerca de propostas apresentadas por outros Coordenadores.

Consultas virtuais 2016

Elaboração:

- Elaborou o texto de Resolução sobre Consulta Virtual a partir dos termos aprovados na reunião da executiva (Consulta nº 1/2016);
- Elaborou proposta de Convocatória da Plenária Nacional Extraordinária da Fenajufe juntamente com coordenadores (as) Helenio e Mara. (Consulta nº 6/2016).

Proposição:

- Propôs apoio à Candidatura à vaga de Conselheira do Conselho Nacional de Justiça - CNJ (por indicação da Câmara dos Deputados) encaminhado por Ana Luísa Marcondes, servidora do MPU, à Coordenação Jurídico-Parlamentar da Fenajufe. (Consulta nº 19/16).
- Propôs requerer junto ao MPU a instalação de Comissão Interdisciplinar para que os debates ocorram em paralelo, preservando a isonomia dos trabalhos a serem desenvolvidos nas duas carreiras irmãs. (Consulta nº 24/16).
- Participou ativamente da organização da XX Plenária Nacional da Fenajufe integrando a comissão organizadora onde propôs vários encaminhamentos a serem adotados (Consulta nº33/16).
- Propôs o Projeto DIA DE MEMÓRIA DE LUTA divulgando texto no site acerca do movimento pela Derrubada do Veto em 2015 (com fotos) e exortando os colegas a enviarem artigos que retratassem a lembrança da luta contra o veto por ocasião do dia 8 de dezembro DIA DA JUSTIÇA e ANIVERSÁRIO DE 24 ANOS DA FENAJUFE no site da Federação. Como homenagem a todos que se sacrificaram e acreditaram em dias melhores. Numa tentativa que renovar as esperanças. (Consulta nº34/16).
- Propôs com os coordenadores Alisson e Costa a criação do Coletivo Nacional da Fenajufe dos Analistas do PJU e MPU (Consulta nº35/16).

Votou favorável:

- Foi favorável ao rateio para viabilizar caravanas a Brasília com jornada de lutas, acampamento e marcha, na semana de 12 a 14/9/16. Atividade de combate aos ataques por meio do PLP 257/2016 e PEC 241/2016; contra as privatizações e a precarização e em defesa dos salários, direitos e empregos. (Consulta de nº 7/16);
- Apoiou oficial CNJ, CSJT e TST requerendo a adoção de medidas de segurança e de proteção aos servidores e usuários de órgãos do PJU onde houve casos de suicídios. (Consulta nº 8/16);

- Apoiou o pagamento de outdoors para campanha em defesa da Justiça do Trabalho. (Consulta de nº9/16);
- Apoiou a ampliação de plantão da Fenajufe com o objetivo de fazer pressão junto aos parlamentares, participar dos atos e mobilizações contrários a PEC e acompanhar o segundo turno de votação da PEC 55/16. (Consulta nº10/16);
- Apoiou convocar reunião do GT Nacional de Carreira em outubro de 2016; a orientar os sindicatos encaminharem suas deliberações e propostas de carreira para debate no GT Nacional e encaminhadas pela Fenajufe junto à Comissão Interdisciplinar do STF; estabelecer dinâmica de trabalho no GT Nacional com reuniões em periodicidade a ser definida pelo próprio GT, mas acompanhando o cronograma e a continuidade do debate na Comissão Interdisciplinar do STF até o seu final. (Consulta nº 17/16);
- Apoiou a participação da Fenajufe em Audiência Pública na Câmara dos Deputados para tratar da violência contra Oficiais de Justiça. (Consulta nº 20/16);
- Apoiou a adoção de medidas contra o jornalista Boechat por crítica feita aos Oficiais de Justiça (Consulta nº 23/16);
- Apoiou a divulgação, na parte interna do site e acesso de qualquer servidor do PJU e do MPU, mediante cadastro das reuniões do GT de Carreira, da íntegra dos debates da Fenajufe. Para ter acesso, o servidor iria enviar um e-mail para a Fenajufe, solicitando o seu cadastro. Com isso, respeitaríamos o princípio da transparência, mas sem colocar em risco as estratégias de luta em virtude do livre acesso por parte da imprensa e de servidores do governo. (Consulta nº 25/16);
- Apoiou 10 encaminhamentos para combate à PEC 241/2016 (Consulta nº 27/16);
- Apoiou a contratação de auxiliar de contabilidade para o setor administrativo da Fenajufe (Consulta nº30/16);
- Apoiou a participação da Fenajufe como palestrante no Fórum de Justiça 2016 Uruguai - 17 e 18/11 e no Fórum de Debates sobre Assédio Moral no Serviço Público – realizado em Vitória/ES 2 e 3/12/16 (Consulta nº32/16);
- Apoiou todas as ações referentes ao tema Nível Superior para Técnicos no PA relativo ao apoio institucional do TRF-4 e as 614 cartas em defesa do NS para que fossem utilizadas em conjunto com as argumentações pertinentes, especialmente nas audiências realizadas a partir da conclusão desta consulta, e que nas matérias publicadas no site da Federação sobre tais ações o referido material fosse devidamente

mencionado, inclusive destacando-se o número de cartas assinadas. (Consulta nº 36/16);

- Apoiou a participação da Fenajufe no Seminário Justiça e Direitos Humanos realizado nos dias 6 e 7 de dezembro em São Paulo, que reuniu movimentos sociais que atuam na área de Direitos Humanos, terra, meio Ambiente, questão indígena, Raça, Mulheres, Juventude e outros. Integra também a Plataforma dos Movimentos Sociais pela Democratização dos Poderes de Estado e discute a democratização do CNJ e do Poder Judiciário. Reconhecendo a importância de que Fenajufe se integre com demais movimentos nessa discussão, bem como busque solidariedade na defesa da Justiça do Trabalho que se encontra sob ataque justamente pelas forças que tentam precarizar as relações de trabalho no Brasil. Nesse sentido, com solicitação de autorização de Coordenador para participação como representante da Fenajufe. (Consulta nº 37/16);
- Apoiou a autorização para os coordenadores titulares e suplentes virem a Brasília acompanhar a votação da PEC 55/16 em segundo turno, com o objetivo de fazer pressão junto aos parlamentares, participar dos atos e mobilizações contrários a PEC e acompanhar o segundo turno de votação da PEC 55/16. “A proposta tem por objetivo aumentar o número de membros da coordenação nas diversas atividades para tentar barrar a chamada PEC da morte. A proposta é extensiva aos suplentes, tendo em vista que algum suplente pode ser liberado por seu sindicato de base ou mesmo estar em férias ou outro afastamento legal de suas funções laborais e aumentaria o número de representantes da federação num momento crucial.” (Consulta 38/16).

Consultas virtuais 2017

Elaborou consulta

- Apresentou à Executiva ações de combate à Reforma da Previdência, dando encaminhamentos às Resoluções da XX Plenária da Fenajufe. Quais sejam: 1. Convocação de Reunião da Diretoria Executiva para estabelecer estratégias de combate à Reforma da Previdência; 2. Avaliação de convocação antecipada de reunião ampliada; 3. Contratação de campanha profissional em agência especializada de Comunicação; 4. Articulação de ações conjuntas com outras entidades de servidores públicos que tenham por objetivo reverter o quadro prejudicial que se apresenta na PEC 287; 5. Fazer trabalho de conscientização e mobilização da sociedade; 6. Solicitar à Assessoria Parlamentar estudo de eventuais emendas que possam ser apresentadas de modo a reparar ou minimizar o impacto prejudicial aos direitos; 7. Solicitar a preparação de emendas e articulação com parlamentares que possam viabilizá-las como forma alternativa ao combate geral dos pontos prejudiciais; 8. Organizar Seminário Nacional

para tratar dos principais pontos de mudança da Reforma e Mobilização da categoria nacionalmente. (Consulta nº1/17)

- Propôs que a Fenajufe requeresse credencial a que faz jus junto ao Senado Federal para a Coordenação Jurídico-Parlamentar poder acessar aquela Casa Legislativa e melhor desenvolver o seu trabalho. (Consulta nº 2/17)
- Defendeu e organizou o 1º e o 2º Encontro Nacional do Coletivo de Analistas do PJU e MPU – Conan (Consulta 18/17)
- Propôs a filiação da Fenajufe ao Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), considerando a necessidade cada vez mais urgente de palestrantes para as atividades de formação e a possibilidade de estudos e Notas Técnicas sem custo para entidades que têm filiação ao Dieese. Aos filiados o Dieese oferece uma série de serviços como estudos salariais para negociação, análise orçamentária das empresas (no nosso caso dos órgãos), estudos sobre terceirização, gênero, raça, evolução salarial, pesquisas específicas sobre perfil da categoria, planos de cargos e salários e permanentes sobre custo de vida e emprego, palestrantes para debates e reuniões da Fenajufe, rede de apoio à negociação salarial, cursos e seminários de formação para dirigentes sindicais e debates sobre conjuntura. (Consulta 31/17)
- Propôs a criação de link na página da Fenajufe com a expressão "Hospedagem Solidária" para que servidores pudessem se cadastrar tanto para registrar a oferta de hospedagem como para registrar a necessidade de hospedagem, por ocasião da orientação para o deslocamento de caravanas a Brasília, em especial no dia 24 de maio, para o evento "Ocupa Brasília" (Consulta 35/17).
- Propôs realização de reunião com servidores da Justiça Trabalhista, diante da declaração do Ministro Presidente do TST em audiência pública no Senado demonstrando grave ameaça a existência da Justiça do Trabalho. A Reforma Trabalhista e até mesmo a terceirização apresentam-se como ameaças à importância desse ramo especial de Justiça. Quando governantes, parlamentares e até mesmo membros do Judiciário começam a afirmar que uma espécie de justiça é desnecessária em um país, revela-se a dimensão da insegurança jurídica que pode nos assombrar. O desmonte da Justiça Eleitoral também se revela uma realidade. A Fenajufe já realizou recentemente o Encontro dos Servidores da Justiça Eleitoral. É urgente a realização do Encontro dos Servidores da Justiça do Trabalho para estudar o atual cenário e criar proposições que possam remediar a rota de desmonte que está sendo traçada também para essa Justiça. (Consulta 37/17)

- Propôs encaminhamentos indicados pelo Encontro da Eleitoral para apreciação da Executiva tais como: combate ao rezonamento 1) providenciar a confecção de material específico para a apresentação e divulgação (informativo e material publicitário para redes sociais; contato com imprensa e blogs; campanha junto aos eleitores (vídeos, etc); Carta Eletrônica aos parlamentares para atuarem no combate ao rezonamento); 2) atuar, em parceria com os sindicatos de base e servidores da Comissão Nacional, no desenvolvimento de ações que esclareçam as distorções e os malefícios do rezonamento (visitas aos gabinetes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para conscientização e pedido de apoio de parlamentares; buscar apoio também nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras Municipais e Distrital; buscar apoio nas Prefeituras, associações estaduais de magistrados e do Ministério Público, bem como nas associações de municípios). 3) realizar o 2º Encontro Nacional dos Servidores da Justiça Eleitoral em Julho; 4) encaminhar Ofício Circular da Fenajufe aos sindicatos indicando a priorização do combate ao Rezonamento no âmbito da Justiça Eleitoral; 5) elaborar, com a ajuda da Comissão Nacional, Carta Aberta à População sobre os efeitos nocivos do rezonamento ao funcionamento da JE e ao combate da corrupção e fiscalização das eleições; 6) formular requerimento de informação sobre o valor total investido na Justiça Eleitoral nos últimos anos (biometria, urna eletrônica, etc) para, posteriormente, argumentar sobre o contrassenso em se reduzir o tamanho da Justiça Eleitoral; 7) definir data de paralisação de todas as zonas eleitorais em protesto contra o rezonamento”. (Consulta 46/17)
- Propôs a aquisição de computadores para a sede da Fenajufe para sanar problemas frequentes de perda de dados, dificuldades na emissão de passagens, pois os computadores eram muito antigos, reiniciam constantemente, demoram para abrir arquivos e fecham programas, entre outros problemas cotidianos. (Consulta 52/17)
- Propôs a participação da Fenajufe na audiência pública “A Previdência que queremos” no Senado Federal e adesão ao material de vídeo ou vídeo e impresso com divulgação do resultado da CPI da Previdência. O objetivo era a divulgação do resultado da CPI da Previdência e definição de estratégias de ação em defesa da Previdência Social pública, justa e solidária. Visando intensificar os trabalhos, em especial nas redes sociais, pela manutenção de direitos previdenciários. Foi elaborado VÍDEO e MATERIAL IMPRESSO com explicações do resultado da CPI para ser lançado na audiência pública e também disponibilizado, após adesões, para as entidades parceiras interessadas, com a inclusão individualizada de sua logomarca. (Consulta nº 89/17)

Votou favorável:

- Apoiou a reparação e manutenção de equipamentos do auditório da Fenajufe (Consulta nº4/17)
- Apoiou a autorização para utilização de transportes cuja solicitação é feita por meio de aplicativos online por parte dos coordenadores da Fenajufe. (Consulta nº5/17)
- Apoiou a contratação de estagiário para a secretaria política e imprensa da Fenajufe. (Consultas nº6 e 48/17)
- Apoiou prorrogação do contrato de assessoria Técnica do GTN de Carreira para acompanhar os coordenadores da Fenajufe membros da Comissão Interdisciplinar no STF e depois no MPU. (Consultas nº7/17)
- Apoiou a participação da Fenajufe no II Encontro do Fórum de Debates sobre Assédio Moral no Serviço Público com foco no Poder Judiciário em Fortaleza/CE (Consultas nº 15 e 19/17)
- Apoiou encaminhamentos acerca da Criação do Sinajus, tais como: 1. Elaboração de impugnação do pedido de registro do Sinajus; 2. Análise jurídica do risco que correm os sindicatos de perderem a representatividade em suas bases territoriais se não impugnarem o referido pedido de registro sindical; 3. Fenajufe dar suporte técnico-jurídico às entidades filiadas para que impugnem também; 4. Fenajufe promover estudos detalhados e solicitar que todos os sindicatos filiados assim também procedam, no sentido de esclarecer toda a categoria sobre quais seriam as repercussões políticas, jurídicas e econômicas que poderiam advir da criação de sindicatos próprios para cada carreira. (Consulta nº16/17)
- Votou favorável a um conjunto de medidas para barrar a Reforma da Previdência. (Consulta nº 20/17)
- Votou favorável a realização de Reunião Ampliada da Fenajufe para discutir estratégias para barrar a Reforma da Previdência. (Consulta nº 21/17)
- Votou favorável à locação de máquina copidora, aprovação do contrato de locação e doação a máquina copidora existente e aquisição de computador de rede. (Consultas nº 23 e 24/17)
- Apoiou a realização do Eneje (Encontro com servidores da Justiça Eleitoral) realizado em 19/4/2017 (Consulta nº25/17).

- Apoiou e participou ativamente da comissão organizadora da XXI Plenária Nacional da Fenajufe (Consulta nº 26/17).
- Apoiou a intervenção da Fenajufe no processo judicial de registro do Sinajus, atuando contra a fragmentação da categoria por meio da criação de novos sindicatos que desmembram bases já existentes. Dando cumprimento como Coordenadora Jurídica da Federação a decisão de Reunião da Executiva e considerando que a fragmentação traz enfraquecimento político da luta sindical, além de impactos em relação à subsistência dos sindicatos filiados à Fenajufe. (consulta 27/17)
- Apoiou contribuição financeira ao Sitra/AM-RR para construir mobilização nas frentes de lutas contra a retirada de direitos, com várias atividades, inclusive as permanentes cobranças aos parlamentares do Amazonas e Roraima contra a retirada de direitos e construção da greve geral do dia 28/4, incorporando à luta em Defesa da Justiça do Trabalho. (consulta 28/17)
- Apoiou a ampliação dos plantões da Fenajufe em Brasília nas votações das reformas da previdência e trabalhista. (consulta 30/17)
- Apoiou a orientação aos sindicatos filiados para realização de assembleias nos estados para discutir indicativo de paralisação de 24 horas, no dia 24/5, como estratégia de mobilização do Ocupa Brasília aprovado pelo Fonasefe, dando cumprimento à resolução da XX Plenária “acompanhar calendário unificado de mobilização convocado pelo Fonasefe e centrais sindicais”. (Consulta 32/17)
- Apoiou a aquisição de arquivos de aço para substituir os que estavam quebrados e sem condições de uso, para a sede da Federação. (Consulta 38/17)
- Apoiou a realização de Reunião da Diretoria Executiva da Fenajufe com participação dos sindicatos filiados (Ampladinha) para organizar a GREVE GERAL convocada pelas centrais e entidades do Fonasefe para ocorrer no dia 30 de junho. Considerando que a Mobilização exigia visitas às bases, com realização de assembleias setoriais e gerais para aprofundamento das discussões o rezoneamento na JE, os ataques à Justiça do trabalho e o novo calendário de votações no Congresso Nacional. (Consulta 40/17)
- Apoiou a realização de reunião ampliada da Fenajufe considerando a necessidade de debater a continuidade da luta contra as reformas após a greve geral agendada para o dia 30 de junho, considerando as diversas medidas de desmonte do Poder Judiciário da União em

andamento na atual conjuntura e que as reuniões ampliadas são instâncias que possibilitam o debate e eleição de delegados junto à categoria nos diferentes estados, tendo maior democracia, representatividade e legitimidade para traçar os encaminhamentos que norteiem a atuação de nossa Federação. Para discutir a luta contra as reformas de Temer; Desmonte do Poder Judiciário da União (Resolução 219/16 do CNJ; Rezoneamento da JE; Questões emergenciais da JF e JT). (Consulta nº41/17)

- Apoiou a realização do 3º Contec com objetivo de aprofundar nas discussões de viabilização do NS para técnicos. (Consulta 44/17)
- Apoiou a contribuição para realização do Conojaf (Fenassoja) e Seminário de Agentes de Segurança (Agepoljus). (Consulta 49/17)
- Apoiou a contratação de assessoria técnica para assessorar os membros da Comissão de Carreira do MPU (Consulta 53/17)
- Apoiou orientações à base sobre o NS. 1. Que a Fenajufe oriente os sindicatos a visitarem magistrados de 1º e 2º graus, ministros e presidentes de Tribunais Superiores e Conselhos Superiores de Justiça, Deputados, Senadores, OAB, PGR, MPF entre outras instituições e autoridades, solicitando apoio formal ao NS através da assinatura de cartas a serem remetidas posteriormente ao STF pela Fenajufe ou pelo próprio sindicato de base (Fenajufe enviará modelo da carta junto à orientação). 2. Que a Fenajufe oriente os sindicatos a esclarecerem que, em face de eventuais de propostas contrárias ao NS, há deliberação da categoria pela mudança do requisito de escolaridade para ingresso nos cargos de técnico judiciário e do MPU para nível superior. 3. Que a Fenajufe oriente os sindicatos a realizarem atos de 2 (duas) horas em prol do NS nas justiças trabalhistas, eleitoral, federal e militar da União (caso haja). 4. Que a Fenajufe oriente os sindicatos a realizarem reuniões/seminários visando atualizar a base sobre os avanços da pauta NS e também esclarecer sobre as diretrizes e ações do sindicato em prol do NS. 5. Que a Fenajufe oriente os sindicatos a criarem ou reativarem os núcleos/coletivos regionais de técnicos do PJU/MPU nos sindicatos. 6. Que a Fenajufe oriente os sindicatos acerca da criação de núcleos/coletivos regionais de técnicos intersindicais onde houver mais de um sindicato na mesma base territorial de servidores do PJU/MPU; 7. Que a Fenajufe oriente os sindicatos a divulgarem/publicarem o “Memorial-NS” e os “Esclarecimentos-NS” da Fenajufe disponível no seguinte *link*: <http://www.fenajufe.org.br/index.php/imprensa/ultimas-noticias/ns/124-documentos-ns> . (Consulta 61/17)
- Apoiou a aquisição de equipamentos para transmissão online de eventos da Fenajufe para atender demanda da categoria. (Consulta 65/17)

- Apoiou indicativo de paralisação em 14/9, considerando os ataques ao serviço público desferidos pelo governo Temer, iniciados a partir da edição da EC 95/16 e que seguem com a publicação de PDV para o Poder Executivo, bem como as ameaças de congelamento dos reajustes salariais em implementação, elevação do percentual de desconto para o INSS, reforma da Previdência e outras medidas; e, em particular, o desmonte do Poder Judiciário levado a efeito, também, pela cúpula deste Poder, com destaque para a defesa da reforma trabalhista e terceirização pelo presidente do TST, Ives Gandra Martins Filho, e os recentes ataques do ministro Gilmar Mendes, como a decisão que confisca o pagamento dos quintos, a extinção de zonas eleitorais e a chantagem com os TREs que não encaminharem proposta de extinção; Considerando o calendário aprovado pelo Fonasefe, fórum do qual participa a Fenajufe em conjunto com as demais entidades nacionais das categorias do funcionalismo federal, apontando 24h de paralisação no dia 14 de setembro para fazer frente à política de desmonte e sucateamento do serviço público; a) seja publicada orientação aos sindicatos de base para que realizem assembleias e aprovem o indicativo de paralisação nacional em 14 de setembro, buscando construir atividades em conjunto com as demais categorias do funcionalismo onde for possível; b) seja feita ampla campanha convocando a categoria a se somar na paralisação do dia 14 de setembro, em todos os meios de comunicação da Federação. (Consulta 67/17)
- Apoiou a participação no 5º Seminário Unificado de Imprensa Sindical e 3º Encontro Nacional de Jornalistas Sindicais com o tema “Desafios da comunicação sindical na luta contra as reformas e ataques à classe trabalhadora” (Consulta 69/17)
- Apoiou contribuição para realização do Seminário Internacional: Esquema Financeiro Fraudulento e Sistema da Dívida - Criação de “Estatais não Dependentes” para securitizar Dívida Ativa e lesar a sociedade” para securitizar Dívida Ativa e lesar a sociedade. “Referido esquema tem se espalhado no Brasil como uma verdadeira praga, atingindo diversos estados e municípios, e vem escondido por trás de propaganda enganosa de “securitização de Dívida Ativa”. Na prática, corresponde à concessão de garantias por parte de entes federados (o que corresponde a uma dívida pública); cessão de fluxo de arrecadação de créditos; pagamento de remuneração por fora do orçamento público, além do sequestro de arrecadação dos valores de multas e juros pagos por contribuintes. A “empresa estatal não dependente” que está sendo criada para operar esse esquema emite derivativos financeiros com garantia real do ente federado. O dano ao Estado é imenso, conforme

relatado no folheto disponível em <https://goo.gl/NScngN>. Considerando a opacidade com que esse esquema está se espalhando, o seminário tem por objetivo divulgar e publicizar o tema, a fim de embasar ações jurídicas e legislativas, atividades acadêmicas e de mobilização, visando popularizar o conhecimento desse esquema e combatê-lo” (Consulta 70/17)

- Apoiou fazer portabilidade da empresa de telefonia Claro para a Vivo a fim de baratear as despesas com telefonia. (Consulta 72/17)
- Apoiou a participação dos coordenadores suplentes nos coletivos de agentes de segurança e de oficiais de justiça, tendo em vista que a Executiva os definiu também como responsáveis pelos eventos. (Consulta 81/17)
- Votou favorável a autorização de contribuição financeira para custear ônibus do entorno e autorizar a participação dos coordenadores titulares e suplentes em mobilizações/atividades contra os serviços e servidores públicos e contra as reformas. Considerando a construção do dia 28 de novembro como um dia NACIONAL de lutas e paralisação no âmbito do serviço público, bem como o envio de caravanas ao Congresso Nacional para as atividades contra a EC 95, demais reformas e desmonte do serviço público imposto pelo governo Temer. (Consulta 85/17)
- Apoiou pedido de direito de resposta e ação judicial pela Fenajufe ao Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão. Matéria mentirosa veiculada durante o Jornal Nacional de 5 de dezembro de 2017, em que a Rede Globo ataca o conjunto do funcionalismo e atribui aos servidores do Judiciário Federal média salarial de R\$17mil reais, entre outras barbaridades, proponho seja encaminhado imediatamente pedido de direito de resposta pela Fenajufe junto à emissora e judicialmente, com a máxima brevidade, considerando também a iminência de o tema ir à pauta no Congresso Nacional. (Consulta 90/17).

Consultas 2018

- Propôs autorizar a AJN ingressar com a petição junto ao PGT e Conalis – Mediação de Conflito Sindical – Anajus e Sinajus. A coordenadora apresenta a petição anexa para ANALISE da Diretoria Executiva da Fenajufe para que DELIBERE e AUTORIZE a AJN a ingressar com a petição nos órgãos competentes. A proposta de petição apresenta os

fatos/ataques promovidos pela Anajus/Sinajus contra a decisão da categoria de valorização da carreira dos Técnicos Judiciários e Ministeriais. A Petição requer que o Conalis *“atue como mediador do conflito coletivo existente, a fim de possibilitar a realização de um acordo entre as partes ou de um Termo de Ajustamento de Conduta, onde sejam cessadas as práticas antissindicais”* demonstradas na petição *“sob pena de responsabilidade nos âmbitos civil, administrativo e penal”*. (Consulta 7/2018)

- Participa da comissão organizadora da XXII Plenária da Fenajufe. Apoiou a mudança da data realização da plenária para garantir a participação dos servidores da Justiça Eleitoral. (consulta 13/2018)
- Propôs a participação dos coordenadores suplentes que foram indicados para o rodizio das chapas/forças que compõem a Executiva (aprovado na XXI Plenária) participarem da próxima reunião da Diretoria Executiva da Fenajufe como processo de transição. (consulta 15/2018)

6. PARTICIPAÇÃO EM ENCONTROS, PLENÁRIAS, AMPLIADAS E REUNIÕES DA FENAJUFE

Ano 2016

Data	Reunião Ordinária/ Extraordinária/ com sindicatos filiados
07/5/2016	Reunião Diretoria Executiva da Fenajufe
04/06/2016	Reunião Extraordinária da Diretoria Executiva da Fenajufe
21/06/2016	Reunião Extraordinária da Diretoria Executiva da Fenajufe com um representante de cada sindicato filiado
07/08/2016	Reunião Ordinária da Diretoria Executiva da Fenajufe
10/09/2016	Reunião Extraordinária da Diretoria Executiva da Fenajufe
23/11/2016	Reunião Ordinária da Diretoria Executiva da Fenajufe

Data	Chefes de Cartórios da JE/Ampliada/ Plenária Nacional
-------------	--

13/07/2016	Reunião da Fenajufe com os Chefes de Cartórios da Justiça Eleitoral
03/08/2016	Reunião da Fenajufe com os Chefes de Cartórios da Justiça Eleitoral
24 a 27/11/2016	XX Plenária Nacional Extraordinária da Fenajufe

Data	Encontros
3 e 4/11/2016	XXI Encontro Nacional do Coletivo Jurídico da Fenajufe

Ano 2017

Data	Reunião Ordinária/Extraordinária/com Sindicatos da Diretoria Executiva
21/01/2017	Reunião Extraordinária da Diretoria Executiva da Fenajufe com sindicatos filiados
07/04/2017	Reunião Ordinária da Diretoria Executiva da Fenajufe
03/06/2017	Reunião Extraordinária da Diretoria Executiva da Fenajufe
10/06/2017	Reunião Extraordinária da Diretoria Executiva da Fenajufe com sindicatos filiados
23/09/2017	Reunião Ordinária da Diretoria Executiva da Fenajufe
09/11/2017	Reunião Extraordinária da Diretoria Executiva Fenajufe
Data	Reuniões Ampliadas/JE/Ampliada
5/6/2017	Comissão Nacional da Fenajufe a Justiça Eleitoral
9 a 12/11/2017	XXI Plenária Nacional da Fenajufe
08/04/2017	Reunião Ampliada da Fenajufe
08/07/2017	Reunião Ampliada da Fenajufe

Data	Encontros Diversos
16/08/2017	Reunião Extraordinária da Comissão Jurídica da Fenajufe

19 e 20/10/2017	XXII Encontro Nacional do do Coletivo Jurídico da Fenajufe
24/11/ 2017	I Encontro Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho
25/11/ 2017	1º Encontro do Coletivo Nacional de Saúde no Trabalho
09/04/2017	1ª Reunião do Coletivo Nacional da Fenajufe de Analistas do Judiciário e do MPU – Conan

Ano 2018

Data	Encontros Diversos
3 e 4/3/2018	2ª Reunião do Coletivo Nacional da Fenajufe de Analistas do Judiciário e do MPU – Conan

REUNIÕES – PAUTA - NÍVEL SUPERIOR PARA TÉCNICOS

Superior Tribunal de Justiça

Data	Ministro
26/09/2016	Ministro Antônio Saldanha Palheiro
29/9/2016	Ministro Félix Fischer
04/10/2016	Ministra Regina Helena Costa
05/10/2016	Ministro Paulo de Tarso Vieira Sanseverino
10/10/2016	Ministra Isabel Galoti
10/10/2016	Ministro Rogério Schietti Machado Cruz

Tribunal Superior do Trabalho

Data	Ministro
21/09/2016	Ministro Luiz Philipe
21/09/2016	Ministro Alberto Bresciani
28/09/2016	Corregedor Ministro Renato de Lacerda Paiva
29/9/2016	Ministra Delaíde Alves
4/10/2016	Ministro Maurício Godinho Delgado
5/10/2016	Presidente Ives Gandra
19/10/2016	Ministro Alexandre Belmonte

Tribunal Superior Eleitoral

Data	Ministro
20/09/2016	Ministros Admar Gonzaga Neto
20/09/2016	Tarcisio Vieira de Carvalho Neto
22/09/2016	Dr. Sérgio Victor

Superior Tribunal Militar

Data	Ministro
19/09/2016	Ministro Lucio Mario de Barros Goes
06/10/2016	Ministro José Coelho Ferreira

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

Data	Ministros
17/10/2016	1º Vice-Presidente Humberto Adjuto Ulhôa
17/10/2016	Presidente Desembargador Mario Machado
28/10/2016	2º Vice-Presidente José Jacinto Costa Carvalho

Supremo Tribunal Federal

Data	Ministros
22/09/2016	Ministro Dias Toffoli
19/12/2017	Ministra Carmem Lúcia

7. ATUAÇÃO NO FONASEFE

O Fonasefe é o Fórum de Entidades Nacionais do Serviço Público Federal e congrega cerca de 25 entidades entre Centrais, Confederações, Federações e Sindicatos Nacionais. Atua eventualmente em parceria com o Fonacate – que é o Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado.

As reuniões são quinzenais ou até semanais e a Coordenadora Adriana Faria participou da maior parte delas nos anos de 2016/2018 atuando, na interlocução com as entidades, nos debates, na condução das mesas, na composição de comissões, na organização de eventos, na representação do Fórum e na participação das mobilizações (trabalhos no Congresso Nacional, aeroporto e atos públicos).

No ano de 2016, o Fonasefe indicou o combate ao PLP 257/16 e à PEC 241/16 – restrição de gastos, desde as comissões, com intensa atividade no Congresso Nacional. Apontou para a necessidade de construir a unidade dos trabalhadores dos setores público e privado contra os ataques do governo debatendo a necessidade da Greve Geral o que culminou com o ato contra na

esplanada – Dia Nacional de Luta dos Servidores Públicos - em 24/10/16. A coordenadora participou de todas as atividades de organização e mobilização.

No ano de 2017, o Fonasefe organizou o Dia Nacional de Luta Contra a Reforma da Previdência, Trabalhista e em Defesa dos Serviços Públicos – com atividades nos Estados e em Brasília (28/03). Indicou a realização de atos unificados nos Estados de todas as entidades dos serviços públicos, centrais e demais movimentos sociais, com realização de vigílias nas Superintendências da Previdência Social nos Estados. O ato em Brasília contou com concentração no aeroporto de Brasília (por sugestão da Coordenadora) para pressionar os parlamentares contra a PEC 287, seguida de carreata até o MPOG para cobrar resposta da Pauta de Reivindicações dos SPF e exigir reunião de negociação. Em seguida, realizou atividade no Congresso Nacional com concentração em frente ao Anexo 2 da Câmara dos Deputados, local também sugerido pela Coordenadora que acompanhou a organização e a execução das atividades.

Nos dias 4, 5 e 6 de agosto, o Fonasefe realizou sua Reunião Ampliada, em Brasília –DF, com os dirigentes sindicais das entidades filiadas ao Fórum, tendo participado cerca de 300 pessoas. A reunião teve como objetivos preparar dirigentes das entidades sindicais do FONASEFE para luta contra o desmonte do serviço público formatado pela edição da Emenda Constitucional N. 95/16; Reforma Trabalhista (terceirização); Reforma da Previdência (com foco no Regime Próprio); promover avaliação política do cenário indicando perspectivas futuras; promover o debate técnico qualificado dos impactos que podem decorrer das mudanças legislativas em questão a fim de traçar estratégias eficientes de enfrentamento. A Coordenadora Adriana fez parte da Comissão Organizadora e também foi palestrante no evento.

Dentre outras atividades, a Coordenadora Adriana:

Auxiliou na elaboração de Carta as Centrais Sindicais chamando para nova Greve Geral;

Compôs comissão para elaborar uma Campanha em defesa dos Serviços Públicos e dos servidores e Campanha Contra a Retirada de direitos/reformas;

Compôs comissão para reestruturar os Foruns Estaduais em defesa do Serviço Público compostos pelas regionais das entidades nacionais;

Participou da construção da cartilha sobre o PDV produzida pelo Fórum;

Incluiu na pauta do Fórum os atos em frente aos TREs e/ou das Centrais de Atendimento ao Eleitor, em 15/10, data prevista para a extinção das zonas eleitorais;

Participou da Audiência Pública organizada pelo Fonacate com o tema: “Qual serviço público queremos?” no dia 27 de outubro de 2017;

Participou, ainda, da iniciativa para a realização da reunião do Coletivo de Comunicação do Fonasefe com diretores e assessorias de comunicação das entidades nacionais;

Auxiliou na construção do Dia nacional de paralisações, manifestações e protestos contra a reforma trabalhista e todos os ataques do governo contra os trabalhadores em 10/11/2017;

Organizou e coordenou o Coletivo Jurídico do Fonasefe com diretores e assessorias jurídicas das entidades nacionais no mês de outubro;

Auxiliou na redação e revisão do Jornal do Fonasefe lançado em novembro de 2017;

Sugeri o ingresso de ações populares sob o argumento de ofensa/violação ao patrimônio público, denunciando as negociatas que envolveram a manutenção do Presidente Temer que abarcaram vários episódios de renúncia fiscal e barganha com recursos públicos mencionando petição inicial a ser disponibilizada.

A coordenadora propôs, ainda, que as entidades se reunissem para formulação do pedido de direito de resposta sobre o ataque que a Rede Globo fez contra os trabalhadores do serviço público, afirmando que trabalham pouco, ganham muito e se aposentam cedo. O ataque foi feito via mídia televisiva com duração de seis minutos apresentando dados distorcidos de estudos do Banco Mundial, assim disponibilizou a Assessoria Jurídica da Fenajufe para minutar o pedido. O pedido foi formulado e encaminhado administrativamente sem obtenção de resposta da emissora.

Foi aprovada a construção de calendário de atividades contra a reforma da previdência, com atos públicos, atividades em aeroportos e residências dos parlamentares resultando na construção de mobilização com paralisação emitindo orientações para as entidades de base.

Foi reiterada durante todo o ano a necessidade de nova greve geral com elaboração de carta às centrais sindicais.

Adriana participou como debatedora, representando do Fonasefe, de Seminário promovido pela CTASP da Câmara dos Deputados, com a temática "Debater a situação dos servidores públicos na atual conjuntura de crise e a pauta prioritária do funcionalismo público" em 12/12/17.

No ano de 2018, o Fonasefe decidiu por uma campanha de valorização do serviço público e a Coordenadora Adriana compôs a comissão com a finalidade de elaborar uma campanha com foco na derrubada da EC95/16. A comissão tem como tarefa imediata elaborar cartilha da EC 95 e elaborar vídeo animação.

Optou-se, ainda, pela judicialização do Direito de Resposta à Rede Globo e a Coordenadora propôs a reunião das entidades para fazerem em conjunto. (19.03.18)

Uma de suas últimas atividades no Fórum foi a reunião da Comissão para Campanha de valorização do Serviço Público traçando as estratégias que já estão em execução.

8. ATIVIDADES DE MOBILIZAÇÃO

A Coordenadora se dedicou a diversas mobilizações da categoria convocadas pela própria Fenajufe ou por outros Fóruns de trabalhadores. Gravou vídeos, áudios e fez convocações nos locais de trabalho por meio de visitas e carro de som. Auxiliou da mobilização e organização, bem como participou ativamente especialmente dos seguintes atos:

- 24 de outubro de 2016 - Dia Nacional de Luta dos Servidores Públicos
- 8 de março de 2017 e 2018 – 8 de Março Unificado
- 15, 28 e 31 de março e 28 de abril de 2017 – Greve Geral
- 24 de maio de 2017 – Ocupa Brasília - com cerca de 100mil participantes
- 28 de novembro de 2017 – Caravana Nacional do Funcionalismo à Brasília

9. PRINCIPAIS PARTICIPAÇÕES EM AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E OUTROS VÍDEOS

Fenajufe participa de Seminário promovido pela CTASP da Câmara dos Deputados

Seminário para "Debater a situação dos servidores públicos na atual conjuntura de crise e a pauta prioritária do funcionalismo público". Participação da Coordenadora Jurídica e Parlamentar da Fenajufe, Adriana Faria, como debatedora.

<https://www.youtube.com/watch?v=Gc29hMGbuio&t=683s>

Fenajufe participa do Abraço no INSS em Brasília

Protesto contra a reforma da Previdência em 24 de janeiro, Dia do Aposentado. Fenajufe representada pelos coordenadores Adriana Faria e Gerardo Lima, que se pronunciaram durante o evento.

https://www.youtube.com/watch?v=ZOpmFqJI_6Q&t=1s

Coordenadora Adriana Faria na CDH do Senado, em 27 de março de 2017

Fenajufe participa de audiência pública sobre a reforma da Previdência na Comissão de Direitos Humanos do Senado.

<https://www.youtube.com/watch?v=NiDbUWfMf-4&t=24s>

Ampliada Fonasefe

Chamado para a Reunião Ampliada do Fonasefe, que ocorre entre os dias 4 e 6 de agosto, de 2017, em Brasília.

<https://www.youtube.com/watch?v=Mr7sSOoPmyM&t=15s>

Audiência Pública sobre a perda do cargo para Servidores Públicos

Coordenadora Jurídico-Parlamentar da Fenajufe, Adriana Faria, participa da Audiência Pública sobre o PLS 116/17 na CCJ do Senado. O projeto versa sobre a perda de cargo para servidores públicos.

<https://www.youtube.com/watch?v=icmN-JCoDdc&t=204s>

Fenajufe na Audiência Pública da CTASP sobre Negociação Coletiva

A coordenadora da Fenajufe, Adriana Faria, participa de Audiência Pública na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados que discutiu a Negociação Coletiva no Serviço Público.

<https://www.youtube.com/watch?v=nWEHsRBqc6c&t=232s>

Audiência CTASP - Adriana Faria - 12/12/2017

32

Adriana Faria, coordenadora da Fenajufe, participando da Audiência Pública "As Ameaças do Atual Governo aos Direitos dos Servidores Públicos", na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados.

<https://www.youtube.com/watch?v=paNa0SMDNig&t=771s>

10. ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES E AGRADECIMENTOS

O presente relatório não poderia elencar a totalidade das atividades desenvolvidas pela Coordenadora Adriana. O escopo era reunir as principais atuações para que os leitores pudessem ter uma visão geral de seu mandato.

A se considerar o transcurso de um biênio, o rol apresentado pode traduzir o dedicado desempenho de suas funções no sentido de honrar a sua representação.

Ao final, cabe a gratidão pela oportunidade de exercer tão nobre ofício e do intenso aprendizado.

Necessário registrar o agradecimento aos Colegas Coordenadores pela troca das experiências de crescimento, aos funcionários pela parceria no cotidiano dos trabalhos, aos diretores de sindicatos filiados pela generosidade e à categoria pela chance de representá-la.

11. ANEXOS*

1. Relatório da Assessoria Parlamentar

O presente relatório vem acompanhado de Relatório da Assessoria Parlamentar com a relação dos projetos de interesse, bem como suas perspectivas nas Casas Legislativas. O relatório foi montado a partir de reunião presencial com o DIAP e deve servir de norteador para os Coordenadores que assumirão a Pasta da Coordenação Jurídico Parlamentar.

2. Relatório da Assessoria Jurídica

O relatório da Assessoria Jurídica, formulado em reunião que tratou do planejamento estratégico da AJN, traz os processos em tramitação elencando prioridades na atuação da Coordenação Jurídica e igualmente constituirá importante instrumento de atuação dos novos Coordenadores da Pasta.

3. Proposta de Assessoria de Comunicação

Anexada também proposta de Agência Especializada em Assessoria de Comunicação para dar suporte à Fenajufe. Atualmente a Federação não conta com esse serviço e realiza campanhas improvisadas e contratações

esporádicas que representam um custo maior e não permitem que a entidade tenha um planejamento de Comunicação mais consistente e eficiente. Uma boa política de Comunicação Social é capaz de alavancar a entidade para outro patamar e significa um salto qualitativo nas lutas que irremediavelmente devem se municiar de mídia ostensiva. A Coordenadora Adriana, colaboradora do Coletivo de Comunicação, apresentou a necessidade de contratação aos Coordenadores de Comunicação destacando as inúmeras deliberações da categoria ainda não cumpridas, na área de Comunicação, por ausência de suporte técnico. Diante da receptividade dos Coordenadores, tomou a liberdade de apresentar esboço de proposta que pode nortear futura e necessária contratação, consultando-se obviamente outras empresas.

4. Proposta de Formação em Planejamento Estratégico

A se considerar que o Planejamento Estratégico pode representar uma importante ferramenta para otimizar os trabalhos da Federação neste último ano de gestão, auxiliando cada Coordenação na definição de metas e prioridades e das respectivas ações e recursos que devem ser movimentados para atingi-las, a Coordenadora Adriana solicitou orçamento de prestação desse serviço especializado para que possa ser considerado pela Diretoria Executiva. É uma colaboração em razão de reconhecer a necessidade de vazão de muitas deliberações e demandas da categoria, ainda retidas, muitas vezes, por falta de um eficiente planejamento. Embora tenham sido contactadas outras instituições, apenas o DIEESE apresentou proposta, uma vez que possui larga experiência na prestação dessa modalidade de serviço para entidades sindicais.

5. Proposta de modificação da Resolução de Consulta Virtual

A Coordenadora minutou a primeira proposta de Resolução da Consulta Virtual que foi posteriormente aprovada pela Diretoria Executiva. O uso da ferramenta se mostrou eficiente e alcançou a margem de mais de 80 consultas só no ano de 2017. Contudo, observou-se que algumas questões não disciplinadas geraram impasses nas deliberações. Sendo assim, a Resolução merece aprimoramento. A Coordenadora preparou minuta de emenda à Resolução que está pautada há muito tempo para reunião presencial da Diretoria não tendo sido apreciada até então. A minuta segue, em anexo, como sugestão para futura apreciação da Diretoria Executiva, caso haja interesse.

6. Termo de Referência para Reforma da Fenajufe

A sede da Federação encontra-se em estado precário e demanda uma revitalização até que se decida se há algum caminho para aquisição de novo espaço. A revitalização, inclusive, poderá valorizar a sede no caso de venda.

Mesmo ciente de que inúmeras prioridades se sobrepõem à questão do espaço físico, é preciso considerar que ele também não pode ser tratado como item de somenos importância. Isso porque é consabido que o ambiente físico de trabalho influencia positivamente ou negativamente nas atividades.

Com a vivência diária na sede da Federação, a Coordenadora entende que o ambiente certamente não é dos mais acolhedores e funcionais. Falta organização, modernização, climatização, melhor distribuição de espaços, ambiente para que os diretores e funcionários possam desenvolver suas atividades internas e as entidades possam ser mais adequadamente recebidas e atendidas. Segue, portanto, termo de referência que pode dar

início ao projeto de revitalização, o qual pode ser dividido em fases executivas com percentual de orçamento definido até a consecução de todas.

7. Proposta de celebração dos 25 anos da Fenajufe

A Fenajufe completou, no último dia 8 de dezembro de 2017, 25 anos de existência. Na oportunidade, a Coordenadora sugeriu a confecção do Selo de 25 anos que hoje é utilizado. Paralelamente, entende que é preciso fazer um resgate de importância da entidade na categoria, com uma campanha consciente que possa estampar a relevância do trabalho da Federação na construção da unidade e organização das lutas. A oficialização da carta sindical é um importante passo, mas é importante também promover atividades que possam fortalecer os laços de parceria entre as entidades filiadas, bem como os de pertencimento. Sugere que a Direção monte um calendário de celebração dos 25 anos com atividades que incluam programação artística e cultural, produção de material informativo, formação sindical e até ato simbólico de luta.

Essas são as contribuições complementares apresentadas pela Coordenadora com o objetivo de eventualmente colaborar/subsidiar os trabalhos dos nobres colegas que compõem a presente gestão e que estarão atuando até o ano de 2019.

*Documentos para uso interno.